MUNICÍPIO DE AROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

E D I T A L

N.º 12/2025

(Art.º 56.º da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro)

----------**MARGARIDA MARIA DE SOUSA CORREIA BELÉM**, Presidente da Câmara Municipal de Arouca:-------- ----------

----------Torna públicas, durante cinco dias, nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações tomadas por esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada no dia 5 de março de 2025 e que abaixo se transcrevem:----------

----------I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

----------A senhora Presidente iniciou os trabalhos pela apresentação do seguinte: ----------

----------"Distribuição de compostores domésticos - plano de gestão de biorresíduos----------

----------O Município de Arouca, no âmbito da implementação do plano de gestão de biorresíduos, vai disponibilizar, de forma gratuita, aos munícipes que tenham interesse, compostores domésticos, para que possam tratar estes resíduos nas suas casas e usar o composto resultante do processo de compostagem na horta e/ou jardim. Houve 319 pré-inscrições. Os serviços municipais competentes irão agora verificar se dispõem dos requisitos necessários para atribuição do compostor e se não há inscrições em duplicado. Caso haja necessidade, serão adquiridos mais compostores para satisfazer as solicitações recebidas. ----------

----------Consignação da empreitada de requalificação da Unidade de Saúde de Chave----------

----------Decorrerá amanhã, estando o Município em articulação com a ULS Entre Douro e Vouga por forma a garantir a disponibilidade de recursos humanos, nomeadamente médico, para o funcionamento do mesmo, estando igualmente a ser definidos os dias de atendimento. ----------

----------Implementação da Quinta Social Inclusiva e Comunitária----------

----------Já se encontra em implementação este projeto que futuramente ficará instalado na Quinta Dr. Tavares de Almeida e que decorre no âmbito do Plano de Ação das Comunidades Desfavorecidas da AMP Sul. Visa a capacitação, até dezembro de 2025, de 30 pessoas na faixa etária entre os 18 anos aos 65 anos, com perturbações mentais e/ou em vulnerabilidade social, e dificuldades de inserção pessoal, social e profissional, que atualmente estão em fase de sinalização. ----------

----------O projeto conta com uma equipa de profissionais especializados e terá como objetivo final a capacitação dos participantes, a prevenção da recaída, a reintegração social e a redução da estigmatização associada à doença mental.----------

----------Abrange as seguintes áreas de intervenção:----------

----------1. Saúde: acompanhamento psicológico, planos terapêuticos individuais e articulação com serviços de psiquiatria;----------

----------2. Bem-estar físico e emocional: oficinas para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais; ----------

----------3. Terapia Ocupacional: capacitação em higiene pessoal, alimentação saudável, autoestima, entre outras; --------- ----------

----------4. Agrícola/Pecuária/Florestal: práticas agrícolas e criação de gado ovino, com foco no desenvolvimento de habilidades e produção alimentar;----------

----------5. Artes e Ofícios: atividades artesanais, leitura e treino de competências digitais." ----------

----------Seguidamente, o Vereador senhor Vítor Carvalho pediu a palavra para: ----------

----------2. Perguntar como está o processo de cobertura de internet nos vários lugares da freguesia que ainda se encontram em zonas não abrangidas convenientemente; ----------

----------2. Referir, considerando que são as populações de Canelas e Espiunca, além das de Alvarenga, quem mais sente os efeitos da construção dos Passadiços, que deveria ser feita uma reflexão para avaliar os retornos para essas populações decorrentes dessa infraestrutura, questionando se a receita arrecada não deveria ser distribuída por essas freguesias. ----------

----------Em sequência, a senhora Presidente disse que:----------

----------1. A Câmara tem questionado o Governo e a ANACOM, esta enquanto entidade reguladora do setor das telecomunicações, sobre o ponto de situação da cobertura das zonas ainda não servidas, fazendo pressão para que a cobertura seja feita; ----------

----------2. Lhe parecem evidentes os retornos que advêm para o Município da existência dos Passadiços, havendo hoje empresas e negócios a laborar, também na freguesia de Canelas e Espiunca, que não existiriam se eles não tivessem sido construídos, e que são uma mais-valia para a freguesia e para o Município.----------

----------II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:----------

----------01. ATA: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara a ata número 04/2025, relativa à reunião de 18 de fevereiro último.----------

----------Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la.-

----------02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:----------

----------Nada a registar. ----------

----------03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: ----------

----------Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 43, do dia 3 do corrente mês, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €13.340.359,04 (treze milhões trezentos e quarenta mil trezentos e cinquenta e nove euros e quatro cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não

orçamentais, nos valores de, respetivamente, €12.733.091,31 (doze milhões setecentos e trinta e três mil noventa e um euros e trinta e um cêntimos) e €607.267,73 (seiscentos e sete mil duzentos e sessenta e sete euros e setenta e três cêntimos).----------

----------A Câmara tomou conhecimento. ----------

----------04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 5.ª ALTERAÇÃO: --------

----------Foi presente à consideração da Câmara a 5.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual resulta uma diminuição da dotação global definida no valor de €200,00 (duzentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção dos Vereadores senhores Vítor Carvalho e Paulo Santos, aprovar aquela alteração.----------

----------05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 5.ª ALTERAÇÃO: ----------

----------Foi presente a 5.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.--------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Vítor Carvalho e Paulo Santos, aprovar a alteração que antecede.----------

----------06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE AROUCA – REVOGAÇÃO – APROVAÇÃO:----------

----------Pela DAGRH foi presente a seguinte proposta: ----------

----------"Por deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro do corrente ano foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas deste Município.----------

----------Acontece que, por lapso dos serviços, a versão do Plano que foi submetido a aprovação da Câmara Municipal não é a versão final do mesmo, uma vez que não continha todos os contributos e sugestões apresentados pelos Chefes de Divisão, Chefes de Unidade e membros do executivo. ----------

----------Tendo em conta que todos os contributos e sugestões dadas são muito relevantes para aplicação do Plano, que foram dados por quem realmente conhece melhor a Unidade Orgânica que lhe está adstrita e, consequentemente, consegue melhor identificar os riscos, o nível dos mesmos e propor as medidas para a sua mitigação, propõe-se que:----------

----------1) Seja revogada a mencionada deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro do corrente ano que aprovou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;----------

----------2) Seja deliberado aprovar a proposta do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que se remete em anexo." ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, revogar a referida deliberação de 18 de fevereiro e aprovar a versão do plano agora apresentada, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.----------

----------07. CULTURA/CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO DE PRÁTICAS ARTÍSTICAS - CASARÃO DA ESA – COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara a informação da DPOT n.º 5445, de 20 de fevereiro findo, a propor que a Câmara nomeie como coordenador de segurança em obra da empreitada em epígrafe o senhor António Manuel Rodrigues Massano, técnico da empresa Ripórtico Engenharia, Ld.ª com quem o Município contratou a prestação desses serviços. ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, designar o proposto coordenador de segurança em obra.----------

----------08. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE ESCARIZ – GINÁSIO – PROJETO DE EXECUÇÃO: ----------

----------Acompanhado da informação da DPOT número 6048, de 25 de fevereiro findo, foi presente à consideração da Câmara o projeto de execução para a requalificação do ginásio do Complexo Desportivo de Escariz.-------- ----------

----------Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projeto. ----------

----------09. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/FREGUESIA DE S. MIGUEL DO MATO - MANUTENÇÃO DO RELVADO DO ESTÁDIO DA PORTELADA – COMPARTICIPAÇÃO:----------

----------Foi presente o ofício registado sob o número 2903, em 25 de fevereiro findo, da Freguesia de S. Miguel do Mato, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a manutenção do relvado do Estádio da Portelada.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, atribuir a comparticipação de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), pagável, no decurso do corrente ano, em quatro prestações, no final de cada trimestre, devendo os serviços, previamente ao pagamento, confirmar as razoáveis condições do relvado. -

----------10. AÇÃO SOCIAL/ÁGUA – TARIFÁRIO SOCIAL:----------

----------Foram presentes à consideração da Câmara os requerimentos registados sob os números 1551 e 2037, em, respetivamente, 30 de janeiro e 7 de fevereiro findos, a solicitar, nos termos do art.º 6.º do Regulamento do Tarifário Social de Água, Saneamento e Resíduos de Arouca, a concessão do tarifário social. --

----------Face às informações da DDSCDT, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir os pedidos.----------

----------11. AÇÃO SOCIAL/BOLSAS DE ESTUDO – CONCESSÃO:----------

----------Foram presentes à consideração da Câmara as candidaturas à concessão de bolsa de estudo a alunos do ensino superior dos quatro munícipes identificados na ata da comissão de análise constituída por deliberação de 19 de outubro de 2021, de onde consta também a proposta de decisão relativamente a cada uma dessas candidaturas, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, candidaturas essas que, por lapso inadvertido dos serviços, não foram analisadas conjuntamente com as demais apresentadas no ano letivo em curso.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o proposto no documento que antecede.----------

----------12. SAÚDE/PARQUE DA SAÚDE DE AROUCA – ADJUDICAÇÃO – MINUTA DO CONTRATO – GESTOR DO CONTRATO: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o relatório final do júri que procedeu à análise das propostas concorrentes ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe, acompanhado da minuta do contrato respetivo e da proposta de designação do gestor do contrato.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade: ----------

----------Face às conclusões do júri, adjudicar a empreitada à concorrente Costa & Carreira, Ld.ª, pelo valor proposto de €6.239.000,00 (seis milhões duzentos e trinta e nove mil euros);----------

----------Aprovar a minuta do contrato;----------

----------Designar gestora do contrato a senhora Maria da Glória Morais Ferreira Leite, técnica superior deste Município. ----------

----------13. AÇÃO SOCIAL/REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE CHAVE – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE:----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o desenvolvimento do plano de segurança e saúde relativo à empreitada em epígrafe.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o dito plano, nos termos da declaração de validação técnica emitida pelo coordenador de segurança em obra designado para a empreitada. -- ----------

----------14. HABITAÇÃO/LOTEAMENTO HABITACIONAL DA QUINTA DO CERRADO – REGULAMENTO – ALTERAÇÃO:----------

----------Foi presente a informação da DPOT número 6027, de 25 de fevereiro findo, a propor a alteração do regulamento do loteamento habitacional da Quinta do Cerrado, aprovado pela Câmara na reunião de 5 de julho de 2022, de modo a "permitir uma flexibilidade arquitetónica nos projetos das habitações a construir em cada lote," reformulando, essencialmente, os artigos 2.º e 5.º, introduzindo os seguintes princípios:----------

----------A construção das habitações nos lotes a alienar ficará condicionada à apresentação, pelos adquirentes, dos respetivos projetos e consequente aprovação pela Câmara Municipal, para cada um deles, cumpridos que sejam, entre o mais, os parâmetros urbanísticos do loteamento e as disposições do regulamento destes, ou, em alternativa, os adquirentes poderão optar pela construção de um edifício de acordo com o projeto já desenvolvido para cada um dos lotes, conforme indicado no quadro sinótico e respetiva planta de implantação de tipologias que instruem o processo de loteamento, projetos esses já aprovados pela Câmara Municipal a 02/08/2022 (Arquitetura) e a 20/08/2024 (Especialidades) e que serão entregues a título gratuito, nos termos do regulamento do loteamento.----------

----------Na oportunidade, são ainda introduzidas regras para a construção dos muros divisórios entre os lotes, equacionando possíveis hiatos entre o início das construções limítrofes (número 10, Artigo 2.º). ----------

----------Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar as alterações propostas.----------

----------15. HABITAÇÃO/VENDA DE LOTES DO LOTEAMENTO HABITACIONAL DA QUINTA DO CERRADO – REGULAMENTO – DISCUSSÃO PÚBLICA:----------

----------Acompanhada da informação da DAGRH número 6041, de 25 de fevereiro findo, foi presente à consideração da Câmara a proposta do regulamento para a venda dos lotes que constituem o loteamento

habitacional da Quinta do Cerrado, elaborada na sequência da deliberação tomada na reunião de 19 de dezembro de 2023. ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar colocar aquela proposta à discussão pública.----------

----------16. HABITAÇÃO/ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO - RECONVERSÃO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS EM SANTA MARIA DO MONTE – ERROS E OMISSÕES: ----------

----------Foi presente a informação da DPOT número 5326, de 19 de fevereiro findo, a dar conta que no decorrer da execução dos trabalhos da empreitada em epígrafe foi detetada a inexistência do projeto de estabilidade para execução da escadaria no edifício a construir, bem como a omissão no mapa de quantidades dos trabalhos correspondentes a essa execução, o que implica a execução de trabalhos complementares derivados dessa omissão, no valor de 4.811,40 (quatro mil oitocentos e onze euros e quarenta cêntimos), a suportar, em partes iguais, pela adjudicatária e pelo dono da obra, nos termos do número 3, art.º 378.º, do Código dos Contratos Públicos, dado que a deteção da omissão dos referidos trabalhos era exigível na fase de formação do contrato. ----------

----------Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar a realização daqueles trabalhos e, consequentemente, conceder uma prorrogação legal do prazo de sete dias para a conclusão da empreitada.----------

----------17. URBANIZAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA CENTRALIDADE DE CHAVE – TRABALHOS COMPLEMENTARES:----------

----------Foi presente a informação da DPOT número 5633, de 21 de fevereiro findo, a dar conta da necessidade de executar na empreitada em epígrafe trabalhos complementares e imprevistos no valor de €15.511,64 (quinze mil quinhentos e onze euros e sessenta e quatro cêntimos). ----------

----------Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar a realização daqueles trabalhos e, consequentemente, prorrogar por seis dias o prazo legal para a conclusão da empreitada. ----------

----------18. URBANIZAÇÃO/INTRODUÇÃO DE MODOS SUAVES EM ESCARIZ - TROÇO DESCLASSIFICADO DA EN 326 E TROÇO DA EM 519 – PROJETO DE EXECUÇÃO: ----------

----------Acompanhado da informação da DPOT número 3834, de 10 de fevereiro findo, foi presente à consideração da Câmara o projeto de execução para a Introdução de Modos Suaves em Escariz – Troço Desclassificado da EN 326 e Troço da EM 519. ----------

----------Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projeto. ----------

----------19. LICENCIAMENTO DE OBRAS/NETTAPUS TOURISM, LD.ª – REDUÇÃO DE TAXAS:---------

----------Foi presente o requerimento registado sob o número 3244, em 22 de fevereiro do ano findo, de Nettapus Tourism, Ld.ª com sede na Rua Fernandes Tomás, no Porto, a solicitar, nos termos da alínea b), n.º 8, art.º 24.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a redução das taxas devidas pelo licenciamento do centro equestre que se encontra a construir no lugar de S. Pedro, nesta vila, a que se refere o processo número 67/2022.----------

----------Face à informação da DAUDE, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, uma vez "que o prédio não se localiza em espaço, área ou zona industrial ou empresarial que a Câmara Municipal considere prioritária ou de interesse relevante para o desenvolvimento económico do concelho" não se enquadrando, por isso, "na alínea c) do n.º 8 do artigo 24.º do Regulamento n.º 964/2022 de 14 de outubro de 2022 (RMUE)."----------

----------20. DIVERSOS/PROCESSO 1095/18.6BEAVR, TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE AVEIRO – TRANSAÇÃO: ----------

----------Corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, sob o n.º 1095/18.6BEAVR, uma ação judicial intentada pelo cidadão aí devidamente identificado, em que é réu o Município de Arouca e interveniente por este chamado ao processo a Seguradoras Unidas, S. A., em que é reclamado o pagamento de uma indemnização de €9.789,80 (nove mil setecentos e oitenta e nove euros e oitenta cêntimos) pelos danos alegadamente causados na sua viatura pelo facto de ter caído num buraco existente na Rua da Calçadas, nesta vila.---------- ----------

----------Vem agora o advogado que patrocina o Município nessa ação, pela carta registada sob o número 2307, em 13 de fevereiro último, informar que, na tentativa de conciliação que precedeu o início do julgamento, o autor aceitou reduzir para €1.500,00 (mil e quinhentos euros) o valor pelo qual aceita transigir sobre a referida questão, — valor do qual o Município suportará a franquia de €250,00 (duzentos e cinquenta euros) e a Seguradoras Unidas S. A., o restante, — e a perguntar da posição que o Município pretende que transmita ao autor sobre a proposta apresentada.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aceitar transigir nos termos propostos e aprovar a minuta do acordo que se dá aqui como reproduzida e fazer parte integrante desta ata.-----

----------21. DIVERSOS/ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PROPOSTA PARA A 5.ª EDIÇÃO:----------

----------Pelo Vereador senhor António Duarte, foi presente a seguinte proposta:----------

----------"Com o intuito de avançar com a quinta edição do Orçamento Participativo de Arouca (OPA), apresenta-se a seguinte proposta, que visa garantir a continuidade do envolvimento da comunidade local, fomentando a participação cívica, os valores da democratização e a implementação de pequenos projetos de interesse público que atendam às necessidades dos munícipes e se enquadrem nos requisitos normativos aplicáveis. ---- ----------

----------1. Montante Máximo do Orçamento Participativo de Arouca para o ano 2025----------

----------Em conformidade com o artigo 5º do Regulamento do OPA, publicado no diário da República n.º 63/2019, de 29 de março de 2019, 2ª série, cabe à Câmara Municipal de Arouca deliberar anualmente sobre a afetação anual e o valor máximo que cada projeto poderá ter para ser considerado elegível no âmbito do Orçamento Participativo, a reservar em GOP para o ano de 2025.----------

----------Propomos que o montante máximo a ser reservado para o OPA de 2025 seja de €60.000,00, dividido em três partes iguais, permitindo a elegibilidade de projetos com um valor máximo de €20.000,00 (IVA incluído). Esta abordagem possibilitará a execução de pelo menos três projetos, garantindo que várias propostas possam ser concretizadas e, assim, atendendo a um maior número de cidadãos.----------

----------2. Proposta de Calendarização ----------

----------Em cumprimento do artigo 11º do Regulamento do OPA, sugerimos a seguinte calendarização para o processo de 2025: ----------

----------Fase A : Propostas de ideias de projetos em formato digital - *on-line* ----------

----------Recolha de Propostas Online: 07 de março a 06 de abril de 2025----------

----------Votação e seleção das Propostas Apresentadas Online: 07 de abril a 20 de abril de 2025----------

----------Fase B: Propostas de ideias de projetos em formato presencial em comunidade ----------

----------Recolha e Votação local de propostas presenciais em Encontros Participativos: abril e maio de 2025---------- ----------

----------Fase C: Análise Técnica dos Projetos ----------

----------Elaboração de Relatórios técnicos e notificações sobre elegibilidade de projetos a concurso: maio a julho de 2025----------

----------Audiência de interessados e Reclamações: agosto de 2025 ----------

----------Fase D - Votação Pública de projetos elegíveis a concurso *on-line*: setembro de 2025----------

----------Fase E - Aprovação dos projetos mais votados: outubro de 2025----------

----------Fase F: - Execução e conclusão ----------

----------Considerando o exposto, solicitamos que o Executivo Municipal delibere: ----------

----------I. Fixar o montante do Orçamento Participativo de Arouca para o ano de 2025 no valor total de 60.000€ (IVA incluído).----------

---------- II. Fixar o valor máximo elegível por projeto em €20.000,00 (IVA incluído). ----------

---------- III. Aprovar o calendário proposto para a realização do OPA de 2025. ----------

---------- IV. Nomear Maria Armanda Fernandes Tavares, assistente operacional, como gestora do procedimento." ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta.------

----------22. DIVERSOS/PARQUE INFANTIL DA ZONA HISTÓRICA - AMPLIAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE NOVA VALÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO DO PAVIMENTO EXISTENTE – TRABALHOS A MENOS: ------ ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara a informação da DPOT número 6009, de 25 de fevereiro findo, a dar conta que, realizadas as medições finais na empreitada em epígrafe, se verifica ser desnecessária a execução de trabalhos no valor global de €1.371,98 (mil trezentos e setenta e um euros e noventa e oito cêntimos), dos quais €1.230,67 (mil duzentos e trinta euros e sessenta e sete cêntimos) referem-se a trabalhos a menos do contrato inicial e €141,31 (cento e quarenta e um euros e trinta e um cêntimos) dizem a respeito a trabalhos a menos do contrato adicional um. ----------

----------Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar a supressão daqueles trabalhos. ----------

----------23. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/PARQUE INFANTIL DA ZONA HISTÓRICA - AMPLIAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE NOVA VALÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO DO PAVIMENTO EXISTENTE – AUTOS N.º 2 E 3:----------

----------Foram presentes à consideração da Câmara os autos de medição de trabalhos números 2 e 3, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €37.528,26 (trinta e sete mil quinhentos e vinte e oito euros e vinte e seis cêntimos) e €5.854,29 (cinco mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos). ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.---------

----------24. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REMODELAÇÃO DE TRÊS POLIDESPORTIVOS – PAOITI – AUTOS N.º 4 E 5:----------

----------Foram presentes à consideração da Câmara os autos de medição de trabalhos números 4 e 5, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €18.302,00 (dezoito mil trezentos e dois euros) e €3.400,00 (três mil e quatrocentos euros).----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.---------

----------25. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DA CENTRALIDADE DE CHAVE – AUTOS N.º 4 E 5: ----------

----------Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 4 e 5, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €44.257,45 (quarenta e quatro mil duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos) e €1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros). ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.---------

----------26. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL – AUTO N.º 6: - ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 6, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €37.225,00 (trinta e sete mil duzentos e vinte e cinco euros). ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.----------

----------27. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/RECONSTRUÇÃO DO PASSADIÇO ARDIDO – AUTO N.º 2: - ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 2, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €82.821,56 (oitenta e dois mil oitocentos e vinte e um euros e cinquenta e seis cêntimos). ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.----------

----------28. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO – LOTEAMENTO HABITACIONAL DA QUINTA DO CERRADO – AUTO N.º 22:----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 22, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €10.413,30 (dez mil quatrocentos e treze euros e trinta cêntimos). ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.----------

----------29. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DR. TAVARES DE ALMEIDA (QUINTA DO REGUENGO) – CASA PRINCIPAL – AUTO N.º 1: ----------

----------Foi presente o auto de medição de trabalhos número 1, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €34.180,00 (trinta e quatro mil cento e oitenta euros).----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.----------

----------**III — INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**----------

----------Pediu para usar da palavra o senhor **Vitorino Soares Lopes** para referir que na sua opinião as reuniões descentralizadas da Câmara Municipal deveriam servir apenas para tratar de assuntos diretamente relacionados com a freguesia onde se realizem, seja daqueles que a Câmara já conhece seja dos que lhe são trazidos pelas populações no decorrer da própria reunião, posto o que explanou sobre a desertificação das aldeias do concelho, como é o caso do lugar de Vila Cova, para o qual contribuem significativamente as várias carências de que padece, como seja o facto de as crianças serem obrigadas a sair de casa às 6:30 horas para a escola onde começam as aulas apenas às 9:00 horas, a falta de iluminação pública adequada ou, ainda, a inexistência de saneamento básico.----------

----------Em sequência a senhora Presidente disse que as reuniões da Câmara têm de ter obrigatoriamente uma agenda prévia, só sendo possível decidir sobre os assuntos incluídos na ordem de trabalhos. Disse ainda que a desertificação do interior é uma tendência nacional de difícil combate, estando a Câmara a desenvolver políticas no sentido de contrariar essa tendência.----------

----------No que se refere aos transportes, a senhora Presidente disse que a Câmara está a tentar junto da empresa concessionária a otimização dos horários das carreiras, sendo certo que a Câmara terá sempre de suportar os custos das carreiras que sejam economicamente deficitárias.----------

----------Por fim, a senhora Presidente disse que é impossível alargar a rede de saneamento a todo o lado ao mesmo tempo, estando a Câmara a trabalhar com a empresa Águas do Norte no sentido de se intervir em alguns locais. ----------

----------Pediu a palavra o senhor **Manuel António Gomes Soares** para dizer que é proprietário de um prédio rústico que confronta com o Passadiço, para implantação do qual cedeu uma parcela destacada desse mesmo prédio, a que só é possível aceder percorrendo cerca de trezentos metros do percurso pedonal, o que lhe tem sido impedido de fazer por parte dos vigilantes ao serviço da Câmara, pedindo que lhe seja dada autorização para esse efeito.----------

----------A senhora Presidente respondeu que a Câmara já disponibilizou aos proprietários confinantes com os Passadiços um cartão com o qual podem utilizar o Passadiço para acesso às suas propriedades, pedindo-lhe que contacte os serviços municipais para que o mesmo lhe seja fornecido também.----------

----------Depois usou da palavra a senhora **Maria de Fátima Pinho Lopes Freitas** para perguntar se é a Câmara quem define a colocação das caixas de correio para a receção de correspondência, ao que a senhora Presidente respondeu que o executivo municipal apenas tem competência para definir a toponímia e os números de polícia, cabendo a distribuição aos CTT.----------

----------Seguidamente pediu a palavra a senhora **Conceição Quaresma** para perguntar do estado do processo da sua reclamação sobre os cedros existentes junto da sua habitação que, pela altura desmesurada, causam prejuízo à salubridade das habitações existentes na sua proximidade e à qualidade de vida dos seus habitantes.---- ----------

----------Em sequência a senhora Presidente disse que à Câmara apenas é permitido legalmente aparar quaisquer ramos que estejam pendentes sobre a via pública, mais não podendo fazer. ----------

----------Depois pediu a palavra o senhor **Óscar Gomes** para se referir à proposta de ação para a fixação de jovens no concelho que em tempos apresentou à Câmara e que presume tenha sido esquecida, tendo a senhora Presidente retorquido que não existem medidas mágicas para a fixação dos jovens, estando a Câmara a desenvolver as mais diversas medidas na tentativa de contribuir para essa fixação. ----------

----------O senhor **Ernâni Bessa** pediu a palavra para: ----------

----------1. Referir que há no lugar de Vila Viçosa caminhos que, de tão estreitos, não permitem o acesso de ambulâncias ou outros veículos de socorro às populações, impondo-se o seu alargamento;----------

----------2. Agradecer, através da Câmara Municipal, a forma excelente como é sempre recebido nos serviços de saúde do Centro de Saúde de Arouca;----------

----------3. Pedir a colocação de iluminação pública entre o Centro Cultural e o Cemitério de Vila Viçosa.---

----------Em sequência, a senhora Presidente disse que:----------

----------1. A Junta de Freguesia já assinalou à Câmara alguns caminhos com aquelas limitações estando a ser analisadas as possibilidades de intervenção, que em alguns casos se afigura de difícil solução por esses caminhos serem delimitados por edifícios de ambos os lados. ----------

----------2. Vai fazer chegar esse agradecimento à Unidade Local de Saúde; ----------

----------3. Vai ordenar aos serviços que estudem a viabilidade de colocação da iluminação pretendida. ----

----------Por último, o senhor Presidente da **Junta de Freguesia de Canelas a Espiunca**, pediu a palavra para agradecer a manhã de trabalho que teve com o executivo municipal e a realização na freguesia da presente reunião, posto o que se referiu: ----------

----------À necessidade de cobertura por fibra ótica na freguesia;----------

----------Às recorrentes anomalias na distribuição do correio; ----------

----------Aos impactos, positivos e negativos, que advêm da construção dos Passadiços, sendo seu entendimento que os residentes na freguesia começam a saber tirar proveito económico da sua existência;-------

----------À forma como é desenvolvido o processo do orçamento participativo; ----------

----------E ao facto da Junta de Freguesia a que preside estar disponível 24 horas por dia para contactos telefónicos, também nas reuniões dos órgãos da Freguesia e disponível até para tentar resolver alguns dos problemas antes de terem de ser colocados à Câmara Municipal. ----------

----------Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais públicos do costume.----------

----------E eu _____, Chefe da Divisão de Expediente Geral e de Gestão de Recursos Humanos da Câmara Municipal o subscrevi. ----------

----------Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, 18 de março de 2025. ----------

A Presidente da Câmara,